

**MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DECLARATÓRIA DE
CONSTITUCIONALIDADE 71 DISTRITO FEDERAL**

RELATOR	: MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S)	: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S)	: FELIPE DE SANTA CRUZ OLIVEIRA SCALETSKY E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO: Admito, na condição de “*amicus curiae*”, o Centro de Estudos das Sociedades de Advogados – CESA, **eis que se acham atendidas**, na espécie, **as condições que justificam** a intervenção de tal entidade **neste** processo de controle normativo abstrato. **Proceda-se**, desse modo, às **anotações** pertinentes.

Em consequência da admissão do Centro de Estudos das Sociedades de Advogados como “*amicus curiae*”, **assino-lhe** o prazo de 15 (quinze) dias, **para que produza**, nestes autos, as respectivas razões.

2. **Assinalo**, por necessário, **em face** de precedentes **firmados** por esta Suprema Corte, que **o “amicus curiae”, uma vez formalmente admitido** no processo de fiscalização normativa abstrata, **tem o direito de proceder** à sustentação oral de suas razões, **observado**, no que couber, **o § 3º** do art. 131 do RISTF, **na redação** conferida pela Emenda Regimental nº 15/2004.

ADC 71 MC / DF

Ressalto, ainda, por oportuno, a significativa importância da intervenção formal do “*amicus curiae*” nos processos objetivos de controle concentrado de constitucionalidade, como tem sido reconhecido pela própria jurisprudência desta Suprema Corte:

“‘AMICUS CURIAE’ – (...) – PLURALIZAÇÃO DO DEBATE CONSTITUCIONAL E A QUESTÃO DA LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA DAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL – DOCTRINA – PRECEDENTES – (...) – DISCUSSÃO SOBRE A (DESEJÁVEL) AMPLIAÇÃO DOS PODERES PROCESSUAIS DO ‘AMICUS CURIAE’ – NECESSIDADE DE VALORIZAR-SE, SOB PERSPECTIVA EMINENTEMENTE PLURALÍSTICA, O SENTIDO DEMOCRÁTICO E LEGITIMADOR DA PARTICIPAÇÃO FORMAL DO ‘AMICUS CURIAE’ NOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO NORMATIVA ABSTRATA.”

(ADPF 187/DF, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Pleno)

Publique-se.

Brasília, 1º de julho de 2020.

Ministro CELSO DE MELLO
Relator